



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 104

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 22 de Abril de 2004

Presidente: *Deputado Fernando Meneses*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 15,00 horas

Período da Agenda Parlamentar:

- Sessão Evocativa do 30º Aniversário do 25 de Abril

Produziram intervenções, alusivas à data, os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*) e o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (*Fernando Meneses*).

- Proposta de Deliberação que declara findo o Período Legislativo de Abril, apresentada pela Mesa da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram pelas 16 horas e 15 minuto.

Presidente: Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para a chamada.
Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Humberto Medeiros **Chaves**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Natividade** **Luz**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Osório Meneses da Silva

Paulo Manuel Ávila Messias

Renato Luís Pereira Leal

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Esta Sessão vai ser transmitida em directo pela RTP.

Pedia às nossas funcionárias para fazerem entrar os nossos convidados e o público.

(Pausa)

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Convidados, Jovens:

Vamos dar início a esta Sessão Evocativa dos 30 anos do 25 de Abril.

Tem a palavra o Sr. Deputado José e Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados, Jovens, Açorianos e Açorianas:

Evocar o 25 de Abril, no seu trigésimo aniversário, é, a um tempo, lembrar a realidade existente no nosso País até 24 de Abril de 1974, avaliar o caminho percorrido durante as últimas três décadas e perspectivar o futuro, sempre tendo em conta devermos ser dignos da Liberdade que nos foi devolvida com a Revolução dos Cravos.

Há trinta anos, era eu um jovem português que, então com vinte e cinco anos, cumpria serviço militar obrigatório na colónia da Guiné, à semelhança de várias dezenas de milhar de jovens portugueses. Já na Universidade ganhara uma profunda e dolorosa consciência de que Portugal abafava, mercê de um regime fascista e colonialista, que decidia manter uma guerra injusta através de um poder político autocrático, mas fazendo executores dessas decisões os jovens que deveriam, em Liberdade, estar a trabalhar no seu País para assim assegurar o seu desenvolvimento.

Mas não era apenas um jovem português que sentia, para além da injustiça da guerra colonial, o definhamento da sua Pátria, cada vez mais orgulhosamente só. Era também um jovem açoriano vindo das “ilhas adjacentes”, também estas desprezadas pelo chamado Estado Novo.

Não era sustentável a subsistência de um Estado fascista que promovia a repressão e negava o exercício dos direitos mais fundamentais. Neste contexto político, o Movimento dos Capitães só podia vencer, como realmente venceu, e só podia ser apoiado por milhões de portugueses, como de facto foi.

A grande conquista de Abril foi, sem dúvida, a Constituição da República, aprovada em 1976, a Lei Fundamental que consagrou direitos, como o direito à vida, à integridade pessoal, à liberdade e segurança; que consagrou liberdades, como a liberdade de expressão e informação, a liberdade de imprensa e meios de

comunicação social, a liberdade de consciência, de religião e de culto, de criação cultural, de reunião e de manifestação, de associação. Mas a Constituição consagrou igualmente direitos, liberdades e garantias de participação política, o direito de sufrágio, de acesso a cargos públicos, da existência de associações e partidos políticos, de petição. Protegeu os trabalhadores, dando-lhes liberdade sindical, direito à constituição de comissões, segurança no emprego, o direito à greve e a proibição do “lock-out”. Estabeleceu um conjunto de direitos e deveres económicos, sociais e culturais, direitos e deveres sociais, nos domínios da habitação, da saúde, do ensino, do ambiente e qualidade de vida, da família, da infância, da juventude, da terceira idade, dos cidadãos portadores de deficiência.

Hoje, que o nosso regime democrático parece consolidado, que o nosso sistema político funciona com regularidade, tendemos a esquecer não ter sido sempre assim. Hoje, que a participação política se exerce com normalidade, quase parece tão natural tal exercício que alguns pretenderiam esquecermos não ter passado muito tempo desde o tempo em que todos aqueles direitos, liberdades e garantias eram negados ou espezinhados. Hoje, com uma Constituição democrática em vigor, parece a alguns quase impossível ter havido tempos em que os direitos que todos exercemos com naturalidade pura e simplesmente não existissem.

Nos nossos dias, por vezes há quem conteste alguém suspeito da prática de um crime e por tal arguido ficar sujeito a prisão preventiva. Mas, há trinta anos, milhares de portugueses eram presos sem culpa formada, apenas por discordarem do regime que lhes era imposto. Parece tão natural hoje termos todo o direito à nossa integridade física. Mas não podemos esquecer os que foram torturados por discordarem e se oporem. Hoje dizemos praticamente tudo o que entendemos dever dizer, lemos jornais, ouvimos várias estações de rádio, vemos quase todas as televisões do Mundo, reunimo-nos e manifestamo-nos. E por isso não devemos esquecer o tempo em que mandava a censura, os meios de comunicação eram apenas os estatais, não eram permitidos sequer ajuntamentos e as manifestações eram todas reprimidas com cargas policiais. Hoje os trabalhadores podem lutar pelos seus direitos, organizar-se em sindicatos, recorrer à greve. Os cidadãos podem constituir partidos políticos e votar livremente. Mas não temos o direito de esquecer os tempos em que os trabalhadores

eram explorados sem qualquer meio de exprimir a sua indignação e protesto, os tempos do partido único, as eleições em que até os mortos votavam.

Os direitos e liberdades que hoje temos nem sempre os tivemos. E por isso é nosso dever inalienável lutarmos incessantemente, dia a dia, para que não voltemos a perdê-los. A democracia não é um direito adquirido. Conquista-se. Exerce-se. Aprofunda-se. Só a vigilância atenta sobre os nossos direitos permitirá a sua existência futura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O jovem de 25 anos ido das ilhas adjacentes para a Guiné é hoje o adulto de cinquenta e cinco que vive na Região Autónoma dos Açores e que, como político com responsabilidades partidárias e institucionais, nunca desistiu nem desistirá de lutar para que esse bem essencial que é a democracia possa ser aprofundado. Aprofundado no plano político, somando à democracia representativa a democracia participativa. Aprofundado no plano económico, pela criação de regras justas para a repartição do rendimento, pela valorização do trabalho e da produção. Aprofundado no plano social, pela necessidade de que todos tenhamos real direito aos cuidados de saúde, à educação, à habitação, a uma vida digna sem a qual não há verdadeira justiça social. Aprofundado no plano cultural e desportivo, pela existência de plena liberdade de criação intelectual, formação, possibilidade generalizada do usufruto dos bens culturais de livre acesso à prática desportiva. Aprofundado no plano ambiental, garantindo que a economia global não triture a nossa qualidade de vida e não esgote, em nome do lucro, os nossos recursos e patrimónios naturais, não transforme a nossa vivência num acto mecânico que serve a sua lógica.

Todos temos consciência de que a Autonomia dos Açores é mais uma conquista de Abril. A existência de órgãos próprios, a possibilidade de legislar visando dar resposta aos nossos interesses específicos, as modificações operadas em todas as ilhas, eram apenas sonhos há trinta anos. Mas temos de ter igualmente consciência de que há ainda um longo caminho a percorrer. Um caminho que só pode passar pela vigilância atenta dos nossos direitos, o primeiro dos quais o nosso regime político-administrativo próprio. Dir-se-á não estar este ameaçado. Mas a verdade é que, se ele foi criado para obstar ao centralismo, nunca como hoje esse centralismo se tentou afirmar contra os nossos interesses próprios e específicos.

Quando o Governo da República em funções nega financiamento em 2002 à reconstrução das ilhas do Faial e do Pico, quando proíbe a possibilidade de qualquer endividamento extraordinário, está a esquecer-se de que vivemos em ilhas sujeitas a sismos, que nos podem roubar a vida, as nossas casas e haveres, mas não nos rouba a nacionalidade, continuando portugueses mesmo na desgraça. Quando o Governo da República actualmente em funções não luta nas instâncias da União Europeia para uma autorização suplementar de produção leiteira, que nos permita produzir de acordo com as nossas potencialidades instaladas, está a esquecer-se de que vivemos em ilhas com uma economia frágil em que a Agricultura é um dos pilares fundamentais que aguenta este edifício. Quando o Governo da República actualmente em funções não se empenha na defesa da nossa Zona Económica Exclusiva, na fiscalização de pescas ilegais que podem pôr em sério risco os nossos recursos piscatórios, está a atentar contra o nosso desenvolvimento futuro e a prejudicar milhares de açorianos. Quando o Governo da República actualmente em funções não se empenha com todos os meios para que tenhamos aplicação prática o Estatuto da Ultraperiferia previsto no Tratado da União, está a esquecer-se de que foi a própria Comunidade que previu esse mecanismo jurídico, mas que ninguém nos virá oferecer nada, como ficou demonstrado na recente visita do Senhor Director Geral da Agricultura da União Europeia. Quando o Governo da República actualmente em funções apenas se lembrou dos Açores para oferecer a Base das Lajes para a realização da Cimeira da Guerra, está a dar um sinal claro do quanto lhe interessa velar pela nossa segurança. Quando um Governo da República procede como este tem procedido, deixa de ser apenas o Governo da República para se transformar no Governo Central, esquecendo-se de que a Constituição obriga a que a Autonomia seja um instrumento de reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Mas os atentados à natureza da nossa Autonomia não vêm apenas de Lisboa. Também o Governo Regional em funções tem desprezado os interesses das ilhas mais pequenas, concentrando investimentos nas ilhas que potencialmente dão mais votos. A Autonomia tem de assentar na perspectiva de que é indispensável desenvolver harmonicamente todas as ilhas dos Açores, sem o que perderá a sua essência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproximam-se as Eleições para esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Na pré-campanha em curso as posições estão absolutamente definidas pelas três forças políticas com assento parlamentar que a elas concorrem. A Coligação-Açores defende o Governo da República, logo as suas políticas em relação à Região, deixando claro que seria uma extensão daquele Governo nas nossas ilhas, um Governo Delegado do executivo de Durão/Portas. Tudo é prometido, mesmo o que não se pode prometer. Mas os açorianos sabem, como sabem todos os portugueses, o sufoco que tem sido para todos este Governo Central, que, em campanha, também tudo prometia. Por outro lado, nada no discurso do PS indicia uma mudança de atitude, o desejo de novas políticas, o sentido da necessidade de maior diálogo.

Necessitamos, todos, de ter a consciência plena de que é nossa responsabilidade cumprir Abril nestas ilhas. Tal não se consegue com centralismos, venham eles do continente ou de uma qualquer ilha ou ilhas maiores. Não se consegue com autismos ou prepotências, os quais devem dar lugar à participação democrática e ao diálogo. Esta terra é de todos nós. Cumpre a todos nós ajudar ao seu desenvolvimento, pelo que todos somos precisos nessa tarefa maior. Por isso é tão cara ao PCP e à CDU a ausência de maiorias absolutas. A nossa experiência parlamentar, no período que decorreu entre 1996 e 2000 é o exemplo mais completo de que, num quadro parlamentar com maioria relativa, são os açorianos que ganham. Ganharam no domínio fiscal, com a redução das taxas do IRS. Ganharam no reino laboral, com o acréscimo ao salário mínimo nacional e com a remuneração complementar. Ganharam na reforma e na velhice, com o acréscimo das pensões. Ganharam sempre, com o compromisso e a vontade conjugada entre todas as forças políticas. Pelo contrário, pouco ganharam com as maiorias absolutas quer do PSD quer do PS. Trinta anos depois do 25 de Abril, a nossa realidade é diferente e muito melhor da que então existia. Mas, apesar disso, a necessidade de aprofundar a democracia é enorme, é aguda e é sentida por um número cada vez maior de cidadãos.

Aprofundar a democracia é a minha luta, a luta de uma vida, assim como do PCP e da CDU. Para que se cumpra Abril, sempre, dia a dia. Para que se cumpra Abril em todas e em cada uma das nossas ilhas.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Exmos. Convidados:

Não é hábito desta Assembleia Legislativa Regional comemorar o 25 de Abril, em sessão especial.

Como é natural, as comemorações oficiais neste Parlamento Regional têm estado mais voltadas para as questões da Autonomia.

Aliás, não podemos deixar de ter presente que a Autonomia, que é sinónimo de Democracia e Liberdade, só foi possível graças à revolta militar do 25 de Abril de 1974 que depôs o Regime autoritário, centralista e anti-democrático que dominava o país.

Ao comemorar o trigésimo aniversário do 25 de Abril importa, desde logo, apelar para a necessidade de ter presente que a Liberdade e a Democracia são bens demasiado preciosos que por quase 50 anos consecutivos não estiveram disponíveis no nosso país e que ainda hoje escasseiam para a maioria da humanidade.

Parte significativa da população, os que têm menos de 48 anos, habituaram-se, como cidadãos adultos, a viver sempre em Democracia, acabando muitas vezes por não dar o devido valor à rotina da prática democrática, nomeadamente no que diz respeito aos actos eleitorais e à participação cívica que lhe está inerente.

Esta referência é tanto mais oportuna quanto nos aproximamos de duas eleições e nem sempre se nota o empenho e a consciência cívica de largos estratos da população para uma activa participação nestes momentos cruciais da nossa vida colectiva e democrática.

Quando ouvimos jovens, com 20 e 30 anos, fazerem ponto de honra no facto de não votarem, nem tão pouco estarem recenseados, alegando, com tom pretensamente intelectual, que não o farão, faz-nos lembrar o velho argumento dos teóricos do regime anterior de que a nossa população não estaria preparada para viver em democracia e conseqüentemente assumir os seus próprios destinos.

Pelo contrário, esta geração de jovens, nascidos e criados na Democracia, para quem a liberdade é natural, devem pugnar para que possam passar à geração seguinte uma democracia que tenha cada vez mais sentido e seja efectiva para todos.

Não podemos descansar ou achar que tudo está garantido, pois há trinta anos nem tudo foi fácil.

Desde logo, ao comemorar o 25 de Abril, impõe-se homenagear os militares revoltosos que derrubaram um regime caduco e autoritário.

Apesar de motivados por sucessivos revezes nas frentes de batalha, sobretudo na Guiné e no Norte de Moçambique, e por insatisfações de carácter corporativo, um importante segmento das Forças Armadas percebeu que, uma vez derrubado o regime, a aderência dos portugueses ao Golpe Militar seria esmagadora. Foi isso que aconteceu para sucesso da revolução e para bem de todos nós.

Após o 25 de Abril viveram-se tempos de natural euforia e de preocupantes exageros, com a turbulência própria de uma “Revolução”, que apesar de feita com as armas teve o grande mérito de praticamente não as utilizar.

Por isso celebramos com satisfação e entusiasmo os 30 anos do primeiro e decisivo passo de Portugal rumo à Democracia.

Passos difíceis e hesitantes mas que valeram a pena, sobretudo quando em 25 de Novembro de 1975, uma parte significativa destes militares que continuavam fieis ao verdadeiro espírito de Abril e as forças políticas democráticas, nomeadamente o PSD, o PS e o CDS, consolidaram definitivamente o caminho da Democracia e da Liberdade para o nosso país, evitando que Portugal voltasse a uma ditadura de sentido contrário, sob a égide da extrema esquerda e da esquerda totalitária.

Agora, à distância de 30 anos, será imperioso que a história de Portugal possa traduzir com rigor e profundidade este período transitório da nossa democracia, que vai do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975, e os riscos que o país sofreu, mais do que não seja para que nunca se repita e jamais se volte a perseguir os Partidos Políticos que não se reclamavam do socialismo nem defendiam as teses comunistas da apropriação colectiva dos meios de produção.

Democratas Cristãos, Liberais e Conservadores foram impedidos de se reunirem, a Assembleia da República foi cercada e os Deputados Constituintes foram molestados. Felizmente que, com a consolidação democrática do 25 de Novembro, os Gonçalves, os Otelos e os Almirantes vermelhos começaram a regressar aos quartéis, o poder foi efectivamente devolvido ao povo e o país pôde trilhar a via democrática e a senda do progresso, no concerto das nações europeias e ocidentais.

Lembro aqui o malogrado Adelino Amaro da Costa que com a sua reconhecida lucidez democrática dizia e cito “... em 25 de Abril de 1974 findava a II República, a de um regime mais interessado na autoridade que no povo, mais zeloso do estado que da sociedade, mais proprietário da história que servidor da nação. Começou a III República mas, apesar disso, 1974 marca mais um fim do que um princípio, pois não conseguiu ser um início adulto de um novo regime. Ficará na história como um regime intercalar, onde alguns tentaram tomar como definitivo o que em democracia sempre será transitório”. Citei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao reflectirmos sobre o 25 de Abril é imperiosos também ter presente a necessidade do nosso país se afirmar cada vez mais no plano internacional como nação livre e democrático no sentido de ajudar a proporcionar que todos os povos tenham o direito de atingir aquilo que já conseguimos há trinta anos.

A democracia é um valor de todos e para todos, sem restrições geográficas ou étnicas. Por isso é nosso dever democrático congratularmo-nos com o alargamento da Europa, que terá lugar já no próximo dia 1 de Maio, altura em que os países de Leste que viveram sob o jugo da ditadura, uma vez libertados, estão prestes a conquistar algo que a democracia portuguesa também nos permitiu, a integração europeia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Invocar a Democracia e a Autonomia que lhe está directamente associada é recordar também que estes princípios e valores supremos não consentem donos, não toleram instrumentalizações nem devem admitir exclusões.

Há muito ainda que aperfeiçoar e impõe-se vencer e ultrapassar alguns mitos que perduraram e que se encontram totalmente desajustados da realidade.

Importa ultrapassar o Culto do igualitarismo que insiste em tratar de forma igual o que é diferente.

Importa combater a teoria da mediocridade que impede a distinção pelo mérito e acaba por nivelar tudo por baixo.

Importa dotar os poderes públicos dos instrumentos e das políticas necessárias para ultrapassar os principais desafios da sociedade de hoje, entre os quais se contam os problemas sociais, nomeadamente no que respeita aos mais frágeis, aos mais velhos, aos reformados e pensionistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para nós Açorianos comemorar o 25 de Abril, e a democracia que lhe sucedeu, é sobretudo reviver esta aliciante experiência de auto – Governo que veio confirmar os méritos da solução Autonómica.

Com a mesma determinação com que devemos enaltecer as enormes vitórias e êxitos alcançados com a Autonomia, é também saudável e indispensável repensar, sem complexos, os erros entretanto cometidos e alguma incapacidade para aproveitar da melhor forma os abundantes meios postos à nossa disposição.

Se é indiscutível que em matéria de infraestruturas o progresso atingido foi extraordinário, já no que respeita aos sectores produtivos tradicionais os resultados são preocupantes e impeditivos dum mais acentuado desenvolvimento da Região

Se é verdade que a liberdade e a democracia estão na origem da nossa Autonomia, também não é menos certo que não haverá verdadeira Autonomia Política se não tivermos uma base económica sólida geradora de uma adequada autonomia financeira.

Muito há a fazer e a mudar para que os Açores tomem a direcção acertada.

Por outro lado, o actual modelo de desenvolvimento tem excluído, de forma preocupante, segmentos crescentes da nossa sociedade cuja integração plena no progresso tem de ser feita através do sistema produtivo, com o apoio de justas e equilibradas medidas de valorização e recuperação social.

Nesta matéria muito há a fazer e a mudar para que os Açores tomem a direcção acertada.

A melhor defesa da Autonomia e a melhor forma de a consolidar, é através de uma governação eficaz, próxima das populações, que proporcione uma correcta aplicação dos meios disponíveis em função das reais necessidades das comunidades, em obediência a uma adequada política de prioridades e com verdadeiro sentido de justiça, sem discriminações, sem retaliações e sem pressões ilegítimas sobre pessoas ou instituições.

Também neste domínio muito há a fazer e a mudar para que os Açores tomem a direcção acertada.

Mas a construção da actual Autonomia democrática dos Açores, tem sido uma caminhada gradual e progressiva para a qual todos, sem excepção, têm contribuído ao longo destes trinta anos.

Ainda hoje decorre na Assembleia da República a fase final de mais um processo de Revisão Constitucional em que a Coligação PSD/CDS-PP e o PS estão negociando importantes alterações no capítulo das Autonomias, que poderão constituir decisivos contributos para o futuro da nossa Região.

Acreditamos, por isso, que, já na próxima Legislatura, haverá oportunidade, com novos protagonistas e com novas políticas, de fazer as mudanças necessárias no sentido de aperfeiçoar ainda mais o nosso modelo Autónimo.

Pela parte do Partido Popular continuamos determinados na preparação de um projecto de mudança, que vá ao encontro dos desejos da maioria dos açorianos e que responda ao grande desafio da Democracia e da Autonomia - fazer mais e melhor com os mesmos recursos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PP e PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputados Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados, Açorianos:

“A natureza do valor a celebrar pode convidar ao júbilo ou ao entusiasmo; e a situação social pode aconselhar seriedade e reflexão”. José Enes

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

As nossas primeiras palavras vão para os militares de Abril que, com arrojo e coragem, fizeram dos portugueses homens e mulheres senhores da sua vontade pessoal e autores do seu destino colectivo.

Aos militares de Abril, o Grupo Parlamentar do PSD presta a mais viva e reconhecida homenagem.

Graças ao seu acto, celebramos hoje o aniversário desse notável acontecimento que mudou a face e a história do nosso país, o 25 de Abril 1974.

Essa data pôs fim a uma ditadura de 48 anos e abriu as portas à democracia que hoje nos permite viver num país de liberdade e de desenvolvimento.

Ficava para trás uma ditadura de quatro décadas.

Ficava para trás o atraso estrutural do nosso país.

Ficava para trás a polícia política e a censura.

Ficava para trás o isolamento.

Ficava para trás o medo.

Ficava para trás um regime ilegítimo.

Ficava para trás um regime que tolhia a liberdade, a autonomia individual e condicionava os direitos da pessoa humana.

O 25 de Abril teve implicações profundas e duradouras, que não-de ficar no tempo.

Devolveu aos portugueses a sua dignidade de homens e mulheres com faculdades e direitos próprios e plenos.

Trouxe ao nosso país o valioso bem que é o regime democrático.

Hoje, portanto, celebramos a Liberdade. Celebramos os 30 anos da Revolução de Abril.

Hoje, aqui nos Açores, evocamos esta Liberdade que nos deu a Democracia e a Autonomia.

Foi essa Revolução que nos permitiu, pela primeira vez, sermos sujeitos da história, dentro do Estado português.

Passámos das iniciais “bases navais” e “entrepósitos comerciais”, dos séculos XV e XVI, para uma sociedade com características próprias muito bem vincadas.

Passámos dos Capitães Donatários e Governadores Civis, nomeados por Lisboa, a órgãos de governo próprio eleitos pelo povo do nosso arquipélago.

Passámos de província, de ilhas adjacentes, de distritos autónomos, a Região Autónoma dos Açores, com Autonomia Político-Administrativa.

Passámos da governação centralizada no Terreiro do Paço, para a governação regional, a partir da Região e para a Região.

O nosso instinto de sobrevivência e a nossa tenacidade levou-nos à Autonomia - à Autonomia distrital em 1895 e à Autonomia Regional em 1976.

A Autonomia foi a resposta social, económica, cultural e política à histórica incapacidade e falta de vontade política para resolver os problemas das nossas ilhas.

A Autonomia foi a resposta aos anseios de um Povo que queria e quer, em liberdade, ser feliz nestas nove ilhas espalhadas no Atlântico Norte. Foi a fonte de progresso e bem-estar das populações.

O regime democrático trouxe-nos a possibilidade de consagração desta Autonomia, com a criação dos órgãos de governo próprio da Região, de que é instituição soberana esta Assembleia Legislativa Regional.

Foi a democracia, possibilitada pelo 25 de Abril, que permitiu a concretização deste justo e secular sonho que vinha de há muito tempo e cujas primeiras vozes se fizeram ouvir no século XIX, no tempo dos primeiros autonomistas, a quem também hoje prestamos homenagem.

Estou certo de que esses primeiros autonomistas, e todos que, ao longo de décadas, lutaram pela consagração deste estatuto, se sentiriam orgulhosos por termos conseguido, nós, gerações contemporâneas, mudar o destino das nossas ilhas.

A Autonomia administrativa distrital, que encontrou em Aristídes Moreira da Mota o seu principal paladino e impulsionador, foi um enorme passo a caminho da autogovernação dos Açores.

A Autonomia democrática político-administrativa regional, implementada em 1976, com a carismática liderança de João Bosco Mota Amaral, foi o culminar de uma luta antiga pela governação dos Açores pelos açorianos.

Os sociais-democratas orgulham-se de terem estado na vanguarda do processo autonómico.

Tivemos de vencer medos e desconfianças, mas não desistimos.

Lutámos por um estatuto que nos fizesse administradores e legisladores das nossas ilhas.

A Autonomia não é uma concessão do Estado, é um direito das Regiões Autónomas. Conscientes da necessidade de lutar por esse direito, nunca baixámos os braços, nunca deixámos de acreditar.

Francisco Sá-Carneiro, fundador do PPD/PSD, foi um corajoso defensor da Autonomia.

Sá-Carneiro sabia que uma democracia é tanto mais verdadeira quanto mais perto das populações estão os órgãos de poder e de decisão.

E hoje é de novo o PSD que ousa ir mais longe, propondo importantes alterações à Constituição, defendidas pelo nosso líder, Dr. Victor Cruz, em aprovação esta semana na Assembleia da República, que conferem acrescidos e legítimos poderes legislativos ao Parlamento Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Convidados e Açorianos:

A Autonomia democrática não é um fim, é um meio. É um meio para o Povo Açoriano realizar-se, para ser feliz, para ter condições de vida condignas, para fazer dos Açores uma terra de futuro.

A Autonomia é um reflexo dos tempos. Por isso, não pode ser estática, mas dinâmica. A organização do poder político em compartimentos estanques torna-se cada vez mais inviável.

A autonomia regional tem, necessariamente, que ir evoluindo, conhecendo novos paradigmas.

Num mundo globalizado, numa comunidade supranacional como é a União Europeia, da qual fazemos parte integrante, urge partilhar o poder pela via da participação, mais do que através da divisão de poderes.

Não é nas finanças nem na economia que se situa o cerne da Autonomia; nem na distribuição estanque de poderes entre o Estado e as Regiões. É, cada vez mais, nas relações de cooperação entre os vários níveis de poder. Designadamente na cooperação e na participação efectiva dos órgãos de governo próprio da Região nos processos de decisão do Estado e da União Europeia.

A Autonomia democrática que conquistámos com Abril não pode nem deve ser um meio de combate.

Não afirmamos a nossa diferença através da guerrilha desenfreada contra os órgãos de Estado eleitos ou contra os poderes instituídos da União Europeia, da qual decidimos, livremente, fazer parte integrante.

A Autonomia democrática, a nossa diferença, afirma-se na cooperação eficaz, na dialéctica da reivindicação justificada, no trabalho de casa bem feito.

Os Açores não se podem dar ao luxo de se automarginalizarem. As nossas especificidades geográficas e económicas são mais do que óbvios.

Não vamos ganhar o futuro fechando-nos no nosso recanto, orgulhosamente isolados no nosso bastião.

O desenvolvimento dos Açores exige de todos nós açorianos, e em especial dos políticos eleitos, a perseverança no trabalho, o rigor na gestão dos dinheiros públicos, e a visão estratégica, assente num projecto político, económico, cultural e social, que aponte novos caminhos, nestes tempos de mudança.

O desenvolvimento dos Açores não se fará sem a cooperação com os espaços político-sociais em que estamos inseridos. Temos que ganhar maior capacidade de negociação e de angariar apoios internacionais. Temos que afirmar a capacidade para gerar mais riqueza e rendimento dos nossos recursos endógenos.

Se não formos capazes de gerir, de modo eficaz, os meios que temos ao nosso dispor, vai chegar o dia em que alguém, que não nós, o fará à distância.

Continuemos à procura de novos caminhos.

Afirmemos o pensamento da sociedade Açoriana.

Também por Abril, somos hoje uma Região. Mas não deixamos de ser um Arquipélago, composto por nove ilhas, nove realidades.

Não há projecto com futuro que não assente nesta nossa realidade.

Não vale a pena tentar gizar esquemas políticos ou económicos assentes na grandeza populacional em detrimento da realidade geográfica e histórica das ilhas.

A realidade ilha não pode ser esquecida pela Autonomia regional democrática.

Os Açores não são uma comunidade simples, mas sim “uma comunidade complexa, uma comunidade de comunidades”, no dizer de Carlos Pacheco Amaral.

“Quando o desafio excede as forças dos homens e dos povos não há possibilidade de resposta adequada”, dizia-nos Gustavo de Fraga.

Perante as dificuldades em respondermos às exigências da vida moderna, tem-se caído, nos últimos anos, na tentação de abandonar as ilhas mais pequenas ou menos povoadas.

Há contudo possibilidades de resposta adequada ao desafio do desenvolvimento harmonioso dos Açores.

Temos que saber parar a hemorragia populacional das nossas ilhas mais pequenas.

Temos que saber criar condições mais atractivas de vida para que os jovens regressem às suas ilhas.

O desenvolvimento harmonioso dos Açores é possível. Apesar da insularidade, do isolamento e da pequena dimensão.

Também nós temos o direito a uns Açores desenvolvidos, económica, social, cultural e politicamente.

Dificuldade não quer dizer impossibilidade.

Somos nós que temos que liderar a tarefa do desenvolvimento dos Açores.

É impossível, e ineficaz, pretender desenvolver a nossa Região de fora para dentro, segundo esquemas pensados longe do nosso meio insular e sem a participação dos açorianos.

Torna-se cada vez mais difícil exigir mais autonomia se não damos os passos exigidos a um maior desenvolvimento.

A Autonomia poderá chegar a vir a ser questionada pelos próprios açorianos se continuarmos mergulhados na cauda do País e da União Europeia, em termos de desenvolvimento.

É assim também que temos de respeitar, hoje e sempre, o ideário de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Convidados, Açorianos:

Os Açores enfrentam grandes desafios nos tempos próximos.

O alargamento da União Europeia, com a inclusão de mais dez novos Estados-membros, já no próximo dia 1 de Maio, vai exigir de nós uma nova atitude.

O bolo orçamental da União Europeia irá crescer muito levemente, mas à mesa vão sentar-se muitos mais.

O estatuto de Ultraperiferia, consagrado no Tratado da União, ainda não conheceu os desenvolvimentos necessários para que possamos, enquanto região ultraperiférica, ser tratados de forma diferente porque somos diferentes.

Os tempos que se aproximam são de perseverança e não de deixar passar para ver. São de cooperação institucional e não de guerrilha política. São de mudança e não de mais do mesmo. São de arrojo e não de conformismo.

Temos cinco séculos de História.

Desenvolvemos, nestas ilhas, uma identidade própria, rica em valores culturais que devem ser dados a conhecer e afirmados no conjunto do nosso país, no seio da Europa a que pertencemos, junto das Américas onde vivem milhares e milhares de irmãos nossos e seus descendentes, eles próprios testemunhos vivos dessa riqueza cultural e do nosso espírito de universalidade.

Devemos, com isso, marcar o nosso lugar no País, na Europa e no Mundo.

Temos, a começar pela geografia, um papel central.

Somos plataforma no meio do Atlântico, de onde nos queremos dirigir ao Mundo e no qual podemos afirmar esse modo de ser e de estar a que, com tão certa expressão, Vitorino Nemésio chamou AÇORIANIDADE.

É pela afirmação dessa Açorianidade no quadro da nossa Autonomia que vale a pena celebrar hoje, ainda e sempre, os valores do 25 de Abril.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados, Juventude Açoriana, açorianos e Açorianas:

É bom recordar Abril! É bom comemorar Abril! É bom celebrar Abril!

A Revolução dos Cravos foi, sem qualquer sombra de dúvida, o maior acontecimento da História de Portugal do século XX.

O 25 de Abril foi uma rotura com toda a vida de Portugal no século passado.

Apesar da implantação da República em 1910, não conseguimos fazer prevalecer os seus objectivos e claudicámos com a ditadura militar implantada em 1926, agravada com a criação do Estado Novo em 1933.

O 25 de Abril foi a rotura com todo o passado, sobretudo com o obscurantismo dos 48 anos da ditadura do Dr. António Oliveira Salazar.

A Revolução de Abril surge sobre a sigla dos três “D” – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver.

A Democratização do País foi-se construindo desde logo com a livre expressão de cada cidadão sem qualquer censura nos Órgãos de Comunicação Social, liberdade de reunião e representação, voto universal para todos os portugueses e todas as portuguesas, extinção da PIDE, libertação dos presos políticos, regresso dos exilados políticos. Procedeu-se ao recenseamento eleitoral de toda a população, realizaram-se eleições livres pela primeira vez um ano depois, elaborou-se e aprovou-se a Constituição da República Portuguesa que consagrou a Autonomia dos Açores e da Madeira.

A Autonomia Regional é uma Conquista de Abril, a nossa Autonomia é uma Flor de Abril.

Beijar a namorada no Jardim de Angra já não é ofensa contra a Nação, motivo que levava a quem o fizesse, a ser detido nas instalações da PIDE.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados:

Outro grande desiderato do 25 de Abril foi a Descolonização. O fim da guerra colonial que ceifou milhares de vidas, mutilou milhares de portugueses, enlutou famílias por todo o País, e que veio dar a independência às, então colónias, e hoje países livres, irmanados na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Comemorar o 25 de Abril numa democracia jovem, de 30 anos, mas por isso mesmo também já adulta, é antes de mais afirmarmo-nos na nossa maturidade. Maturidade que se deve manifestar de uma forma exigente na vivência do presente e no perspectivar do futuro, mas também no reconhecimento do passado e do momento inicial que lhe deu corpo.

A nossa democracia nasce na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, num processo claro de ruptura com um regime no qual poucos se reviam. Nasce pela mão das Forças Armadas e pela adesão da grande maioria da população – uma revolução que nos restituiu a democracia.

Ao longo de 30 anos o país foi mudando por vontade manifesta em voto. Uns revêem-se numas políticas outros noutras! É assim a vivência em democracia! Tal não justifica a reescrita ou o branqueamento da História, sempre injustificável. É uma questão de bom senso mas também de bom gosto, porque não é efectivamente de bom senso não assumir clara e festivamente a sua própria génese e não é com certeza de bom gosto copiar propaganda alheia – gasta e acabada pelo próprio acto que a comemora.

Comemorar o 25 de Abril é festejar sem complexos a liberdade e aceitar a diferença, mas é também, em liberdade, reconhecer e afirmar sempre sem ambiguidades essas diferenças.

Se em 30 anos muito mudou, no país e no contexto internacional, tal não nos deve impedir de ver como se defendem hoje os valores de Abril, ou seja, os valores de uma sociedade aberta e livre que se deseja sempre em desenvolvimento. Se os valores de Abril são múltiplos, já que vividos e interpretados de formas distintas, não tenhamos dúvidas, não cabem neles aqueles que consubstanciam o que ele veio alterar, ainda que surja com roupagens modernas ou disfarçadas – mal disfarçadas. Que as ideias saudosistas de alguns, poucos, que nunca desaparecerão – há que reconhecê-lo – se limitem ao que efectivamente são – um álbum de recordações de uma sociedade perdida há já três décadas, que não se devem subtilmente transformar em medidas políticas, mesmo que avulsas ou envergonhadas.

Para o Partido Socialista trata-se de afirmar, como sempre o fez, não só a defesa do desenvolvimento económico – que não se restrinja a uma política meramente desenvolvimentista – mas também do desenvolvimento social e cultural.

Comemorar é reflectir no que se fez e no muito que há para fazer. Se houve mudanças visíveis em todos os aspectos da vida portuguesa possibilitadas pelo regime democrático que o 25 de Abril de 1974 instituiu, estas devem ser justamente salientadas, sem esquecer, todavia, o necessário confronto com as tendências

verificadas nas sociedades cujos modelos partilhamos. Partilha que para muitos é um desejo antigo e inequívoco para outros apenas um amor recente e fugidio ou se calhar um amor de conveniências ou a mera conveniência de um outro amor – o do poder.

Hoje, mais do que no passado recente, são visíveis na sociedade portuguesa concepções políticas distintas do que pode ou deve ser a modernidade: se ela se dirige a largos sectores da população ou se, pelo contrário, tem como prioridade a recomposição económica, social e cultural que o 25 de Abril fez esbroar. Como em tudo não há só uma verdade ou uma mentira, não há só um caminho ou só outro, não há só o preto e o branco. Há também cinzentos, é certo, válidos até se os tomarmos como moderação dos extremos que os tempos e as circunstâncias alteraram, mas que não devem ser confundidos com o cinzentismo, fruto da insegurança, da imaturidade ou da dificuldade em compatibilizar o que é incompatível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados:

Comemorar o 25 de Abril em 2004 é, para o Partido Socialista, também apontar as diferenças que o separam da actual política nacional.

Uma política económica, propagandeada por uma retoma que não chega, por razões externas – insistentemente explicitadas e por razões internas – insistentemente ignoradas.

Uma política social, ao nível da saúde, do trabalho e da segurança social que retalha direitos adquiridos e os substitui por medidas, ditas e propagandeadas como inovadoras.

Comemorar Abril é comemorar a Autonomia que trouxe aos Açorianos a Liberdade, que trouxe aos Açores capacidade de organização e planeamento, que transformou o arquipélago dos Açores, as ilhas adjacentes dos Açores e da Madeira com estatuto de Regiões Autónomas, com órgãos de governo próprio.

Foi com o regime autonómico que os Açores se afirmaram perante o País, que os Açorianos obtiveram o direito de traçar os seus destinos optando por modelos de desenvolvimento modernos, adequados às nossas necessidades e às nossas capacidades. Foi assim que se quebrou com o estigma de emigração que tão profunda sangria provocou na fuga de tantos Açorianos para outras paragens na busca de uma

vida melhor, de melhores condições de trabalho, de habitação, de educação para os seus filhos.

Comemorar Abril é recordar o quanto se fez nestas nossas Ilhas, nos mais variados campos, do político ao económico, do social ao cultural.

Hoje temos uma Região de que nos devemos orgulhar pelo muito que todos construímos ou ajudámos a construir.

Mas é igualmente nosso dever perspectivar o nosso futuro, o muito que temos a fazer para nos alcançarmos aos níveis de desenvolvimento de outras regiões da Europa a que pertencemos.

É necessário continuarmos com medidas políticas em áreas que nos garantam maior e melhor desenvolvimento: Educação, formação profissional, novas tecnologias de comunicação e informação, turismo, modernização da agricultura e das pescas, novos modelos de organização e gestão empresarial, aprofundamento dos cuidados primários de saúde e diversificação dos cuidados especiais, modernização da nossa indústria, especialmente na área dos lacticínios, etc., etc..

A Constituição da República, lei mãe de todas as leis, está hoje e amanhã a ser revista tendo como pano de fundo a revisão do Título VII referente às Regiões Autónomas.

O Partido Socialista foi o primeiro a apresentar em Setembro passado o seu projecto tendo-se empenhado com especial atenção nos trabalhos da Comissão que conduziram ao acordo realizado com a maioria parlamentar da Assembleia da República que culmina com as votações de matérias que consideramos relevantes: reforço da capacidade legislativa da Assembleia Regional, substituição da figura do Ministro da República e alteração do sistema eleitoral com a eleição de deputados representantes dos açorianos residentes fora da Região para esta Assembleia e para o Parlamento Europeu.

O Partido Socialista comemora o 25 de Abril com tanta esperança quanto os Açorianos têm no seu futuro, cientes da sua capacidade de trabalho, do seu espírito de empreendimento, da sua vontade de vencer, do seu desejo de se manterem livres e autónomos, empreendedores do seu desenvolvimento.

Comemorar o 25 de Abril é, como na Explicação do País de Abril, nas palavras de Manuel Alegre afirmar e desejar, que o:

*“País de Abril é o sítio do poema.
Não fica nos terraços da saudade
Não fica em longes terras.
Fica exactamente aqui
Tão perto que parece longe.”*

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, PCP e Governo)

Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (Fernando Meneses):

Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, Ilustres Convidados, Jovens de várias escolas dos Açores que estão hoje aqui connosco, Srs. representantes da Comunicação Social que acompanham os nossos trabalhos todos os dias, Açorianos e Açorianas:

Ao evocarmos hoje a Revolução do 25 de Abril, passados que são 30 anos, as minhas primeiras palavras são de saudação a V. Exas., senhores deputados e senhores membros do Governo Regional por representarem um dos valores mais autênticos da democracia que é a nossa legitimidade política decorrente do voto livre e universal.

Ao saudar-vos estou simultaneamente a homenagear o povo dos Açores, detentor do poder de nos eleger e destinatário da nossa actividade pública.

Cumprimento também os jovens açorianos nascidos na democracia, com a consciência de que temos hoje o dever de trabalhar o melhor que soubermos para lhes assegurar um futuro próspero e feliz.

Saúdo também todos os convidados para esta sessão, especialmente os eleitos locais, também eles legitimados pelo voto popular e que todos os dias dão o seu melhor pela satisfação dos pequenos e grandes problemas que afectam as nossas comunidades.

Permitam-me ainda uma palavra de apreço e reconhecimento às forças armadas, protagonistas da liberdade e da esperança, também aqui representadas neste hemiciclo.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Ilustras Convidados:

No próximo Domingo, 25 de Abril de 2004, comemoram-se 30 anos da nossa democracia.

Hoje aqui, no órgão representativo dos açorianos, evocamos de forma simples mas repleta de significado, esse momento libertador, essa madrugada, em que o Movimento das Forças Armadas nos devolveu o bem supremo da liberdade.

Comemorar pode ser apenas um exercício de recriação do passado à luz do presente, procurando unificar memórias diferentes, muitas das quais por vezes contraditórias.

Por outro lado e no dizer da escritora Lídia Jorge, “as datas célebres só passam a cristais de cronologia quando deixam de desencadear emoções. O mesmo é dizer, quando já é impossível em seu torno recriar a história íntima e pessoal”.

Se é certo que numa cerimónia desta natureza me compete procurar unificar memórias diferentes, a verdade é que, para mim, apesar de passados 30 anos, o 25 de Abril não é ainda um “cristal de cronologia” porque faz parte da minha história íntima e pessoal.

Tenho por isso dificuldade em celebrar apenas um Abril reciclado, convenientemente expurgado dos excessos, espartilhado em consensos mais ou menos obrigatórios ou exclusivamente envolvido no modelo institucional.

Sem prejuízo das opiniões de cada um dos que se sentam nesta sala, merecedoras do maior respeito, peço-vos que me deixem celebrar também a emoção daqueles dias, a alegria, a festa, o sonho, a vertigem do imprevisto, o ilimitado entusiasmo ou, como alguém disse, o eclodir de todas as utopias.

Porque tenho ainda esta memória de um tempo em que a urgência era permanente, um tempo de reencontro, de alteração de conceitos e gestos, de promessas, de desafios incontidos e de poesia.

Um tempo de cravos vermelhos que temos hoje dificuldade em enquadrar racionalmente, estabilizado que está o nosso sistema democrático e constitucional.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Ilustras Convidados:

Passados todos estes anos não há porém dúvida que a cronologia da história de Portugal passou a ter uma marca profunda ou um momento de ruptura que passou a integrar a nossa vida e pensamento:

- O período anterior e posterior ao 25 de Abril de 1974.

Antes éramos um País isolado, rural, profundamente atrasado e dotado de um sistema político retrógrado e ditatorial.

Depois, ou hoje, passámos a ser um País moderno democrático e integrado na comunidade internacional.

E foram muitas as mudanças que já esquecemos ou a que nos habituamos.

Foi o fim da guerra colonial apesar das dificuldades e dos dramas, foi a conquista do voto livre e universal, da liberdade de imprensa e do estado de direito com todos os seus postulados fundamentais. Foi a consagração constitucional do direito à educação, à saúde, à habitação e ao trabalho.

Foi o desenvolvimento e o melhoramento de toda a espécie de infraestruturas.

Foi o aumento da escolaridade obrigatória, a diminuição do analfabetismo e foi ainda mais cultura, mais conhecimento e mais informação para os portugueses.

Foi também com o 25 de Abril e a Constituição de 1976 que se consagraram as autonomias e o poder local, abrindo-se as portas ao desenvolvimento das regiões insulares e das comunidades locais.

Como reflexo da evolução do nosso País em geral mas, também, por mérito próprio, esta Região Autónoma também mudou radicalmente e mudou para melhor.

Os Açores encontraram-se na diversidade das suas ilhas e gentes, identificaram-se na sua cultura e iniciaram um caminho de unidade regional, de progresso e de busca incessante do bem estar das suas populações.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Ilustras Convidados:

Muito haverá ainda por fazer no nosso país e nestas ilhas.

Necessitamos ainda de mais justiça social e de acabar com o flagelo do desemprego que atinge no continente português elevados níveis. É urgente modernizar a administração pública e as empresas. Precisamos todos de melhor educação, melhor formação profissional e melhor acesso aos cuidados de saúde.

É preciso continuar a lutar com vigor contra a marginalidade e exclusão social.

É necessário valorizar o património construído e o ambiente e assumir a defesa da língua, da lusofonia, da paz e do direito internacional.

Nos Açores, e digo-o com orgulho, muito tem sido feito em todas as áreas desde a economia à educação passando pela habitação, pela saúde ou pela segurança social como demonstram os índices com que normalmente se avalia o estado de desenvolvimento da sociedade.

Importa contudo prosseguir este caminho exigindo cada vez mais qualificação e qualidade nos serviços prestados, reabilitando a ética política e combatendo com vigor o conformismo.

É nossa obrigação valorizar todas as nossas ilhas e o que temos de melhor erguendo bem alto a nossa auto estima porque não somos nem queremos ser a região mais atrasada de Portugal ou da Europa.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

É nosso dever exercer uma cidadania activa, exigente e empenhada.

Sejamos audazes como muitos o foram há 30 anos e vamos todos, continuar a trabalhar empenhadamente pelo progresso e desenvolvimento de Portugal e das suas Regiões Autónomas.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Srs. Deputados, vamos cumprir a nossa última tarefa pondo à vossa consideração a seguinte Proposta de Deliberação:

A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Abril.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados, Jovens, uma palavra final para vos agradecer.

Evocámos desta forma simbólica e simples 30 anos do 25 de Abril.

Muito obrigado pela vossa presença.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 15 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Dionísio Mendes de Sousa

Manuel Soares da Silveira

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

José Francisco Salvador Fernandes

José Manuel Avelar Nunes

Mark Silveira Marques

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria Fernanda da Silva Mendes

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

O Redactor, José Rodrigues da Costa